MA). 4. Sistema gerenciador de bancos de dados Microsoft SQL Server 2008r2: principais características, instalação e configuração, catálogo interno (views sys.\*), sistematica interna de segurança, Integration Services, Analysis Services, Reporting Services, tipos de replicação disponíveis, funções de ranking, funções de sumarização de dados (Cube, Rollup e Grouping Sets), utilização de indices Full-Text (configuração e métodos de pesquisa), Common Table Expressions. 5. VBScript, ferramentas de ETL.

AREA: CORREIÇÃO

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL: Direito Penal: 1. Aplicação da lei penal. Principios da legalidade e da anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime 2. Crime: Conceito. Classificação dos crimes. Teorias do Crime. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. 3. Efeitos da sentença penal. 4. Dos Crimes contra a fé pública. 5. Dos Crimes contra a Administração Pública: Dos Crimes contra a Finanças Públicas. 6. Dos Crimes contra a Servação per Funcionário Público contra a Administração em geral e Dos Crimes contra as Finanças Públicas. 6. Dos Crimes e das penas e Dos Crimes contra as Finanças Públicas. 6. Dos Crimes e das penas objectos por Funcionário Público contra a Valvação dos crimes e das penas objectos por su proporta de Processual Penal. 2. Inquérito Policial. 3. Ação Penal. 4. Dispositivos Constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. 2. Inquérito Policial. 3. Ação Penal. 4. Dispositivos Constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. 2. Inquérito Policial. 3. Prazos: Características. Princípios. Contagem. 7. Prova. 8. Nulidades. 9. Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual Penal. B. DIREITO CIVIL. E DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Di-

julgada. 6. Prazos: Características. Princípios. Contagem. 7. Prova. 8. Nulidades. 9. Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Direito Civil: 1. Lei de Introdução ao Código Civil. Vigência e Eficácia da Lei. Conflitos de Leis no Tempo e no Espaço. Hermenêutica e Aplicação da Lei. Analogia, princípios gerais do Direito e eqüidade. 2. Da Pessoa Natural: Da Personalidade e da Capacidade, Do Superiotos da Personalidade. Da Ausência 3. Da Pessoa Unidica. Disposições Gerais. Classificação. Pessoa Jurídica de Direito Público e do Direito Privado. Representação e Responsabilidade. 4. Do Domicílio. 5. Dos Bens. Das diferentes classes de bens. 6. Fatos jurídicos. 7. Negócios Jurídicos. Condição, Termo e Encargo. Dos Defeitos do Negócio Jurídico. Da invalidade do negócio jurídico. 8. Da Prescrição e Decadência. Da prova. Direito Processual Civil: 1. Principios Constitucionais do Processo Civil: princípio do devido processo legal e seus consectários lógicos: princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. 2. jurisdição, ação, pretensão e processo. Noções: Espécies de processo e tutela jurisdicional. 3. Atos processuais: espécies, formas, prazos e comunicações processuais. 4. O processo civil e o controle judicial dos atos administrativos: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de impobidade administrativa. 5. Teoria geral da prova.

DIREITO EMPRESARIAL 1. Sociedades por Ações: administradores, diretores, conselho de administrativação e conselho fiscal.

CORREICÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: 1.

CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: 1 CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: 1. Controladoria-Geral da União: estrutura, organização e compretência. Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003. Decreto n. 5.683, de 24 de janeiro de 2006. Decreto n. 5.480, de 30 de junho de 2005. 2. Direito Administrativo Disciplinar. Deveres. Proibições. Acumulação. Responsabilidades. Penalidades. Prescrição: prazos e forma de contagem. Repercussão administrativa das decisões jurisdicionais. 3. Processo Administrativo Disciplinar. Fontes. Princípios. Agentes públicos sujeitos à responsabilização disciplinar. Espécies de Procedimento Disciplinar indicâncias investigativa, antrimonal e acusatória: processo ciplinar sindicâncias investigativa natrimonal e acusatória: processo ciplinar: sindicâncias investigativa, patrimonial e acusatória; processo administrativo disciplinar (ritos ordinário e sumário). Fases: instauadministrativo disciplinar (rítos ordinário e sumário). Fases: instau-ração, inquérito e julgamento. Comissão Disciplinar: requisitos, sus-peição, impedimento e prazo para conclusão dos trabalhos (pror-rogação e recondução). Prazos processuais. Pedido de reconsideração, recurso e revisão. 4. Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993. 5. Lei do Processo Administrativo Geral - Lei n. 9.784, de 29 de jameiro de 1999. 6. Lei de Improbidade Administrativa - Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Decreto n. 5.483, de 30 de junho de 2005. 7. Lei Sobre Sigilo das Operações de Instituições Financeiras (sigilo de dados, bancário e fiscal). Lei Complementar n. 104, de 10, de janeiro de 2001 e Lei Complementar n. 105. de 10 de janeiro de 2001. 8. Controle externo da Administração Pública Federal: Tribunal de Con-tas da União e Ministério Público da União - competência cons-titucional, e instrumentos de confrole.

tas da União e Ministério Público da União - competência constitucional e instrumentos de controle.

ÁREA: COMUNICAÇÃO SOCIAL
FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO E LEGISLAÇÃO
BÁSICA: 1. Conceito e características de comunicação social, comunicação organizacional e comunicação pública. 2. Jornalismo, publicidade e relações públicas. 3. Legislação brasileira de comunicação. 4. Gestão de sistemas de comunicação e de informação pública. 5. Ética da comunicação social e pública. 6. Meios de comunicação social privados, públicos, comunitários e educativos 7.
Política nacional de comunicação. 8. Regulamentação da comunicação social e pública. 9. Comunicação pública, plataformas digitais e
mídias sociais.

mídias sociais.

JORNALISMO 1. Comunicação: conceitos teorias. 2. História da comunicação social no Brasil. 3. Comunicação pública. 4. História da Comunicação governamental no Brasil. 5. Contratação e supervisão de serviços de comunicação para órgãos públicos. 6. Legislação sobre Comunicação Social no Brasil. 7. Teorias da opinião pública. 8. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 9. Teoria e Prática em Comunicação Organizacional. 10. Planejamento em Comunicação. 11. Legislação e ética em Jornalismo. 12. Linguagem jornalistica. 13. Gêneros de redação jornalistica. 14. Teorias e técnicas de jornalistica. 15. Cêneros de redação jornalistica. 14. Teorias e técnicas de jornalismo. 15. Assessoria de Imprensa: história, teoria e técnica. 16. Conceitos, Planejamento, Produção e edição de publicações jornalísticas. 17. Planejamento e elaboração de media trainings.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA 1. Conceitos e finalidade da publicidade. Conceitos e tipos de campanha publicitária. Redação publicitária. 2. Uso das novas tecnologias de comunicação. 3. Imagem institucional. 4. Gestão de marcas. 5. Ações de promoção institucional. 6. Marketing digital. 7. Gestão estratégica da comu nicação organizacional. 8. Canais e estratégias de comunicação interna. 9. Comunicação integrada. 10. Planejamento estratégico.
MÍDIAS ELETRÔNICAS E INTERNET: 1. Linguagem hi-

permídia. Tipos, características, conceitos e aplicações de linguagens. Organização de conteúdo e produção de sentido por meio de hipertexto. Limitações das mídias eletrônicas. 2. Diferenças entre os vários tipos de sites web (sites, hotsites, portais etc.). 3. Produção para mídias eletrônicas. Redação para mídias eletrônicas. Estratégias de produção de conteúdo para a esfera pública. 4. Arquitetura de informação. Hierarquia da informação. Usabilidade e UX (user experience). Design funcional de interfaces. Adaptação de conteúdos para multi-plataformas (notebooks, tablets, smartphones e mobile em geral, etc.). 5. Boas práticas de construção da linguagem visu design gráfico aplicado a meios eletrônicos. 6. Mídias sociais (wikis, blogs, podcasts etc.). Tipos, características, aplicações. Principais mídias sociais. Mídias sociais como fonte de informação. Interação com o público por meio de redes sociais: gestão da marca e marketing de relação com o público

RELAÇÕES PÚBLICAS: 1. Teorias de Comunicação Organizacional, 2.Relações Públicas no Brasil; historia, ética e legislação. 3. Identidade e Imagem das Organizações. 4. Teorias e técnicas de Relações Públicas. 5. Marketing: Princípios e Planejamento. 6. Organização de eventos, Cerimonial e Protocolo. 7. Lobby. 8. Responsabilidade Social Corporativa. 9. Comunicação Interna. 10. Gestão e Avaliação da Comunicação.

## IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A

#### EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE/OBJETO: Prestação de serviços advocatícios na área cível, visando promover a defesa desta Empresa, na ação de Cobrança proposta por Jaqueline Dias Magalhães em face de IRB-Brasil Re, que tramita no Juízo de Direito da 1ª Vara Civel da Comarca de Santana - PA, sob o nº 8101505098030002; MODALIDADE: Ine-Santana - PA, sob o n° 81015050098030002; MODALIDADE: Ine-rigibilidade de Licitação - Art. 25 caput e seu § 2° da Lei n° 8.666/93; conforme Processo de Pré-Qualificação de Advogados -PAOS-GESUP n° 01/2003, homologado em 22/208/03; CONTRATA-DO: Arrais & Oliveira Advogados; VALOR GLOBAL: R\$ 2,000,00 (dois mil reais), a serem pagos em duas parcelas, consoante Circular PRESI 027/04; VIGÉNCIA: até o término das medidas judiciais; DATA DA ASSINATURA:16/04/2012, conforme consta da pasta CO-LIU B.º. 04/210; CPÉDITO DAPA DESERSA: 1151. Deservace de JUR nº: 0042/10; CRÉDITO PARA DESPESA: 11519 - Despesas de

Sinistros a Atribuir.

ESPÉCIE/OBJETO: Prestação de serviços advocatícios na área cível, visando promover a defesa desta Empresa na ação ordinária proposta por Western Island Shipping Limited em face de IRB-Brasil Re, que tramita no Juízo de Direito da 30º Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro - Rl; Processo nº: 2007/0011191147; MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação - Art. 25 caput e seu § 2º da Lei nº 8,666/93; conforme Processo de Pré-Qualificação de Advogados - PAOS-GESUP nº 01/2003, homologado em 22/08/03; CONTRATA-DO: Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Advogados Associados; VALOR GLOBAL: RS 124.294/64, em caso de decisão de mérito com reconhecimento da prescrição, ou R\$ 3.000,00, em caso de decisão desfavorável à CONTRATANTE ou decisão favorável sem reconhecimento da prescrição, a serem pagos em duas parcelas, consoante uesiavolavel a CONTRATAND du decisso lavolavet sen reconie-cimento da prescrição, a serem pagos em duas parcelas, consoante Circular Presi 027/04; VIGÊNCIA: até o término das medidas ju-diciais; DATA DA ASSINATURA:16/04/2012, conforme consta da pasta COJUR nº: 1568/07; CRÉDITO PARA DESPESA: 11519 -Despesas de Sinistros a Atribuir.

### SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

## EXTRATO DE CONVÊNIO

NATUREZA: Convênio que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), CNPJ nº 00.394.460/0058-87, e os Municípios optantes doravante relacionados, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 884, de 5 de novembro de 2008.
 OBJETO: Firmar a opção realizada pelo Município, na forma prevista no § 1º do art, 10 do Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008, e pelo Decreto nº 6.770, de 10 de fevereiro de 2009, e nos termos da Resolução CGITR nº 3, de 7 de julho de 2008, para delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (TIR).
 VIGÊNCIA: Por prazo indeterminado a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

MUNICÍPIOS CONVENIADOS	UF	CNPJ	DATA DE ASSINATURA
URAI	PR	75.424.507/0001-71	2/3/2012
LADARIO	MS	03.330.453/0001-74	12/3/2012
LAVRAS DO SUL	RS	88.201.298/0001-49	15/3/2012
RIBEIRO GONCALVES	PI	06.728.240/0001-93	25/3/2012
TAQUARITUBÁ	SP	46.634.218/0001-07	27/3/2012
SERRA DO SALITRE	MG	18.468.058/0001-20	27/3/2012
RIO ACIMA	MG	18.312.108/0001-85	27/3/2012
BELA VISTA DO PARAÍSO	PR	76.245.067/0001-58	28/3/2012

#### SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

## EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2012

Pelo presente Edital de Intimação, O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 307 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF ° 587, de 21/12/2010 e nos termos do artigo 28 da IN/RFB n. 1.183, de 19 de agosto de 2011e considerando o que consta no e-processo 10140/2025/27/2011-74, resolve:

Art. 1º - Fica o contribuinte MAGNUM VIGILÂNCIA PA-TRIMONIAL LTDA, CNPJ № 33.086.752/0001-76, INTIMADO a no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentar as seguintes declarações fiscais: 1) DIPJs dos exercícios 2007, 2008, 2009 , 2010 e 2011; 2) DCTFs dos 1º e 2º semestres dos anos 2007, 2008, 2009 e 3) DCTFs de todos os meses de 2010.

Art. 2º - A não apresentação das declarações exigidas no prazo especificado no artigo 1º contado da data da publicação deste Edital de Intimação, caracterizará a situação de OMISSA CONTU-MAZ (art. 27, 1, da IN/RFB n. 1.183/2011), ensejando a baixa de oficio da inscrição no CNPJ. Pelo presente Edital de Intimação, O DELEGADO DA RE-

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

#### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

# AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2012 - UASG 170388

Processo: 13161000032201256 . Objeto: Pregão Eletrônico Aquisição de papel sulfite A4, de material reciclado, isento de cloro e com certificação FSC. Total de Itens Licitados: 00001 . Edital: 17/04/2012 de 08h30 às 12h00 e de 13h às 16h00 . Endereço: AM Marcelino Pires 1595 Centro Centro - DOURADOS - MS . Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2012 às 08h30 no site www.com-prasnet.gov.br. . Abertura das Propostas: 27/04/2012 às 10h00 site prasnet.gov.br. . Åbertu www.comprasnet.gov.br.

ELVIS CAICARA DA SILVA Delegado

(SIDEC - 16/04/2012) 170010-00001-2012NE000001

### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2012 - UASG 170271

Nº Processo: 1184600092201163.
PREGÃO SISPP № 1/2012 Contratante: MINISTERIO DA FAZEN-DA -CNPJ Contratado: 05393490000157. Contratado: LUNIC LTDA - EPP -Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de Pessoa Juridica para a prestação de serviços de recepcionistas para atender as necessidades da DRF/Palmas/TO e Arf's jurisdicionadas. Fundamento Legal: Lei 8,666/93 e Lei 10.520. Vigência: 09/04/2012 a 08/04/2013. Valor Total: RS334/000,00. Fonte: 150251030 - 2012NE800130. Data de Assinatura: 09/04/2012

(SICON - 16/04/2012) 170010-00001-2012NE800001

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2012 - UASG 170271

Nº Processo: 11846000092201163.

Nº Processo: 11846000092201163.
PREGÃO SISPP № 1/2012 Contratante: MINISTERIO DA FAZEN-DA -CNP1 Contratado: 05393490000157. Contratado: LUNIC LTDA -EPP -Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no formecimento de serviços de copeira para atender as necessidades da DRF/Palmas/TO. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e lei 10.520 . Vigência: 09/04/2012 a 08/04/2013. Valor Total: RS31.189,99. Fonte: 150251030 - 2012NE800131. Data de Assinatura: 09/04/2012.

(SICON - 16/04/2012) 170010-00001-2012NE800001